

# abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual  
Clipping da imprensa

*Brasília, 17 de abril de 2024 às 07h40*  
*Seleção de Notícias*

## Correio Braziliense - Online | BR

Pirataria

**Pirataria e contrabando causam prejuízo de R\$ 453 bi por ano no Brasil . . . . . 3**  
RAPHAEL PATI

## Veja.com | BR

16 de abril de 2024 | Pirataria

**Reações adversas com Botox falsificado são relatadas nos Estados Unidos . . . . . 6**  
ÚLTIMAS NOTÍCIAS

## Migalhas | BR

16 de abril de 2024 | ABPI

**MIGALHAS nº 5.830 . . . . . 7**

## Pirataria e contrabando causam prejuízo de R\$ 453 bi por ano no Brasil



Pesquisa da Confederação Nacional da Indústria (CNI), em conjunto com a Firjan e a Fiesp, revela que o país deixa de arrecadar pelo menos R\$ 453 bilhões anualmente, o que equivale a cerca de 4% do PIB

A escolha por comprar produtos falsificados pode parecer atrativa para quem vê apenas por fora. Apesar disso, essa opção "barata" pode, por muitas vezes, sair bem mais caro no final. Diante disso, uma pesquisa conduzida pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) revelou o tamanho dos prejuízos para a sociedade, bem como para o poder público e o setor privado, causados pela prática da ilegalidade no país.

A pesquisa Brasil Ilegal, que também contou com a parceria da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan) e da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), revela que o Brasil deixa de arrecadar pelo menos R\$ 453 bilhões todos os anos. Esse valor equivale a cerca de 4% do Produto Interno Bruto do país no ano passado.

"Esse valor é, realmente, um desastre nacional. Ele atinge todo cidadão, atinge os governos municipais, atinge os governos estaduais, e atinge a União. E, na verdade, são recursos que equivalem a todo o PIB de Santa Catarina. São recursos que vão para o ralo, pois são impostos que deixam de entrar nos cofres públicos", afirma o diretor da Fiesp e da Firjan na área de segurança, Carlos Erane de Aguiar.

Para chegar a esse valor bilionário, foram contabilizados somente 16 setores da economia. Por conta disso, os responsáveis pelo estudo acreditam que esse valor pode ser ainda maior.

"Então toda a sociedade deve ter essa consciência de que quando adquire um produto ilegal ou pirata, todos perdem. São empregos que deixam de ser gerados em todo o país. Esse prejuízo financeiro poderia ser revertido em investimento em escolas, hospitais e segurança, principalmente, que é um tema, hoje, do Brasil, que está muito carente", completa o diretor.

De acordo com o Índice Global de Crime Organizado, publicado em 2022, o Brasil é o 22º país com o pior índice de criminalidade no que tange ao comércio de produtos falsificados, e fica atrás apenas de Colômbia (2º), Paraguai (4º) e Equador (11º) na América do Sul.

Ao destrinchar o ônus total para o país (R\$ 453 bi) com a ilegalidade, a CNI calcula que R\$ 136 bilhões equivalem a impostos que deixaram de ser arrecadados, enquanto que R\$ 297 bilhões foram perdidos ao considerar os 16 setores econômicos avaliados pela pesquisa. Além disso, o restante do valor integra os furtos de energia e água.

Segundo o gerente de infraestrutura da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan), Isaque Ouverney, o valor perdido com o furto de energia no país no ano passado é equiparado ao abastecimento de toda a região metropolitana de São Paulo por um ano. "A gente perde aqui valores que são cada vez maiores em termos de energia, em termos de água e esgoto, que são perdidos aqui todos os anos", comenta.

De acordo com a pesquisa, somente os chamados 'gatos' (ligações clandestinas) de energia custaram R\$ 6,3 bilhões ao país em 2022. Como explica a CNI, o

Continuação: Pirataria e contrabando causam prejuízo de R\$ 453 bi por ano no Brasil

valor poderia ser utilizado em novos investimentos no setor, além da melhoria da qualidade do serviço no país, que tem sido alvo de críticas mais rotineiras este ano, como o caso dos apagões em São Paulo, por exemplo.

No caso do abastecimento de água, dados disponibilizados pelo Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS) estimam que as ligações irregulares nas redes de abastecimento do Brasil causaram prejuízo de R\$ 14 bilhões aos cofres públicos no ano retrasado. Para se ter ideia, o volume total de água desviado por ano no país equivale a 2,6 vezes o volume do Sistema Cantareira.

## Prejuízo à sociedade

Além de ser prejudicial aos governos, essas práticas ilegais também causam danos a toda a sociedade, como explica o gerente de infraestrutura da Firjan. "Quando a gente olha para o setor de infraestrutura, a gente vê que são recursos que estão sendo drenados de potenciais investimentos para a expansão do sistema, principalmente quando a gente fala em termos de saneamento, que é um desafio brasileiro, e também recursos que poderiam ser destinados para a redução das tarifas", pontua Ouverney.

A pesquisa da CNI também mostra que, nos 16 setores analisados, o mercado ilícito brasileiro foi responsável pela perda de cerca de 370 mil empregos diretos com carteira assinada em 2022. Nesse sentido, o setor que mais foi afetado foi o de vestuário, com 67 mil postos de trabalho a menos.

Outros setores, como o farmacêutico e o de combustíveis, também deixaram de empregar 20,7 mil e 15,5 mil trabalhadores, respectivamente, por conta desse mercado informal. "Então são oportunidades de desenvolvimento em regiões que necessitam, muitas vezes, regiões que estão carentes, que deixam de acontecer, por conta do mercado ilegal", avalia, ainda, o gerente de infraestrutura.

## Fique atento

Apesar de parecer vantajosa à primeira vista, a opção de comprar um produto ou adquirir um serviço de maneira ilegal pode causar sérios transtornos ao cliente. Além do prejuízo financeiro com a compra de itens de qualidade inferior, há também perigos para a saúde. Como ressalta a advogada da Kasznar Leonardos, Raquel Barros, produtos irregulares não passam por controles de qualidade adequados, e podem conter substâncias tóxicas ou prejudiciais.

"Por exemplo, eletrônicos falsificados podem apresentar risco de incêndio ou explosão devido a falhas na fabricação; calçados falsificados podem causar danos às articulações; óculos de sol falsos podem prejudicar a retina. Além disso, há o risco de intoxicação decorrente do consumo de bebidas falsificadas, medicamentos, cosméticos, entre outros", alerta a jurista.

Para evitar cair nesses enganos, o consumidor deve ficar atento a alguns aspectos. Segundo a advogada, o principal é conferir a origem e o preço do item a ser comprado. "Com o fácil acesso à internet, o consumidor pode verificar os preços praticados pelas lojas oficiais e deve desconfiar sempre que um item for vendido por um valor significativamente abaixo do praticado pela loja oficial", esclarece a advogada Raquel Barros.

Além disso, também é recomendável comprar de lojas ou vendedores confiáveis e reconhecidos no mercado, como aconselha o advogado especializado em direito do consumidor e sócio no Machado de Carvalho Advocacia, Mozar Carvalho.

"(É necessário) verificar a autenticidade dos produtos, procurando por selos de autenticidade, códigos de barras e outras características que comprovem a originalidade do produto, é essencial. Além disso, preços muito baixos, especialmente em relação a produtos de marcas conhecidas, podem indicar que o produto é falsificado ou con-

Continuação: Pirataria e contrabando causam prejuízo de R\$ 453 bi por ano no Brasil

trabandeado", recomenda.

Caso o consumidor deseje prestar queixa contra vendedores que anunciam produtos falsificados ou contrabandeados, é possível fazer uma reclamação formal às autoridades competentes, entrando em contato com órgãos de defesa do consumidor, como o Procon, ou com a polícia. Como explica o advogado, é recomendável dar a maior quantidade possível de detalhes sobre o vendedor e o produto em questão.

"É importante fornecer o máximo de informações

possíveis, como nome, endereço, site ou perfil nas redes sociais do vendedor, juntamente com evidências que comprovem a venda de produtos ilegais. Dessa forma, as autoridades poderão investigar e tomar as medidas necessárias para combater essas práticas ilegais", explica o advogado Mozar Carvalho.

Raphael PatiRepórter De Economia

## Reações adversas com Botox falsificado são relatadas nos Estados Unidos

ÚLTIMAS NOTÍCIAS



Agência reguladora americana faz alerta após detectar produto adulterado em vários estados; visão turva, fraqueza e falta de ar estão entre sintomas

A Food and Drug Administration (FDA), agência reguladora americana, emitiu um alerta nesta terça-feira, 16, sobre episódios de reações adversas de pacientes submetidos a procedimentos estéticos com Botox falsificado. A versão adulterada da toxina botulínica causou episódios de visão turva, falta de ar e até hospitalizações, segundo a agência.

O órgão informou que encontrou o produto irregular em "vários estados" e iniciou, junto à fabricante AbbVie, um trabalho "para identificar, investigar e remover produtos suspeitos de **falsificação**" no país. Departamentos estaduais de saúde e os Centros de Controle e Prevenção de Doenças (CDC) também estão dando suporte às apurações.

De acordo com a agência de notícias Reuters, os eventos adversos foram relatados nos estados do Colorado, Flórida, Illinois, Kentucky, Nebraska, Nova Jersey, Nova York, Tennessee e Washington.

O alerta, direcionado a profissionais de saúde e consumidores, traz informações sobre o lote, embalagem e demais detalhes que diferem do original, como uso de outro idioma, quando deveria estar em inglês, quantidade incorreta de doses por frasco e ingrediente ativo errado, identificado como "Toxina botulínica Tipo A". No produto autêntico, a dosagem é de 50, 100 e 200 unidades e o princípio ativo é a OnabotulinumtoxinA.

Eventos adversos

Segundo a FDA, os pacientes que apresentaram reações manifestaram visão turva ou dupla, dificuldade em engolir, boca seca, prisão de ventre, incontinência, falta de ar, fraqueza e dificuldade em levantar a cabeça após a aplicação da toxina botulínica.

"Esses sintomas são semelhantes aos observados quando a toxina botulínica se espalha para outras partes do corpo", informou, em nota, o órgão. O Botox é usado em procedimentos estéticos para atenuar linhas de expressão no rosto e age impedindo a contração muscular.

A agência informou que a aplicação do Botox falsificado ocorreu tanto em clínicas licenciadas e por profissionais habilitados quanto em ambientes que não tinham autorização e por pessoas que não tinham licença para prática dos procedimentos. No entanto, as investigações indicam que os produtos foram adquiridos de "fontes não licenciadas".

"Os medicamentos adquiridos de fontes não licenciadas podem ser rotulados incorretamente, adulterados, falsificados, contaminados, armazenados e transportados inadequadamente, ineficazes e/ou inseguros", destacou a FDA.

- terça, 16 de abril

## MIGALHAS nº 5.830

Terça-Feira, 16 de abril de 2024 - Migalhas nº 5.830.

Fechamento às 09h20.

"A humanidade é o realce da justiça: entre o justo e o justiceiro há esta diferença: - ambos castigam, mas o justo castiga e pesa-lhe; o justiceiro castiga e folga."

Padre Antonio Vieira

Espólio da Lava Jato

Na véspera da apresentação do relatório final referente à inspeção realizada na 13ª vara Federal de Curitiba, leia-se Lava Jato, ministro Salomão, corregedor Nacional de Justiça, determinou o afastamento cautelar da juíza Federal Gabriela Hardt, dos desembargadores Carlos Eduardo Thompson Flores e Loraci Flores De Lima, e do juiz Federal Danilo Pereira Júnior.

Crimes?

No caso de Gabriela Hardt, ministro Salomão destacou que os atos atribuídos a ela, em tese, podem se amoldar aos tipos penais de peculato-desvio, com possíveis desdobramentos criminais interdependentes, prevaricação, corrupção privilegiada ou corrupção passiva. ()

Rebeldia

Os desembargadores Carlos Eduardo Thompson Flores e Loraci Flores de Lima, e o juiz Federal Danilo Pereira Júnior, todos da 8ª turma do TRF da 4ª região, que atuaram na Lava Jato, foram afastados por descumprimento de decisões do Supremo. ()

Em defesa da classe

Após decisões do corregedor Nacional de Justiça, a Ajufe emitiu nota manifestando "profunda surpresa". ()

Histórico

Acompanhe conosco, querido migalheiro. Em agosto de 2018, este nosso poderoso rotativo levantou uma questão importante no país: para onde estava indo o dinheiro da operação Lava Jato? Estávamos em pleno período de idealização do Ministério Público e do controverso juiz, de modo que houve diversos questionamentos dos leitores sobre nossa dúvida. Na época, os Golden Boys de Curitiba eram inquestionáveis. Um mês depois, em setembro de 2018, Migalhas noticiou o polêmico acordo da Petrobras nos EUA, destacando que havia um aspecto especialmente problemático: a destinação de verbas para o MP realizar "projetos sociais e de transparência". O site afirmava que isso representava uma "clara usurpação de competência por parte do MP, que não faz parte do Poder Executivo brasileiro". Alguns meses mais tarde, em março de 2019, vinha a notícia de que a juíza Gabriela Hardt ignorava as críticas migalheiras e homologava o acordo, o qual previa a esdrúxula criação da "Fundação Lava Jato". Isso tudo não implica que a referida juíza deva ser punida dessa ou daquela forma, nem que deva ser punida. Mas é inegável que a decisão foi de veras imprudente. De fato, uma juíza substituta de Curitiba valida um acordo de bilhões de dólares, firmado em um país estrangeiro, com o dinheiro destinado a um órgão que seria criado pelo MP, e cujos termos haviam sido questionados por um site jurídico respeitado como o Migalhas. Haja voluntarismo, não é mesmo? (Todos os trechos destacados remetem a matérias produzidas na época, das quais se percebe que este nosso veículo antecipava o que estava por vir.)

O que está em pauta?

O que o CNJ irá aquilatar hoje é se as decisões foram proferidas no estrito exercício da jurisdição ou se houve um deliberado atropelo das regras. No último caso, as punições são possíveis, pois é nesse contexto que deve atuar o poder disciplinar. Por outro lado, se

as decisões foram emitidas dentro dos exatos limites da jurisdição, podemos concordar ou não com elas e até criticá-las, como faz este nosso veículo. No entanto, nessas circunstâncias, o poder disciplinar deve exercer parcimônia, de modo a não comprometer o exercício da jurisdição e a independência funcional. Certamente, os conselheiros do CNJ possuem competência suficiente para discernir o que ocorreu. Aguardemos. ()

Ao vivo

Acompanhe aqui, ao vivo, a sessão plenária do CNJ de hoje. ()

Triste cena

Em 2018, a juíza Gabriela Hardt presidiu o interrogatório do presidente Lula. No início, demonstrando certa insegurança diante do presidente, ela disparou um "se o senhor começar nesse tom comigo, a gente vai ter problema". Reveja alguns trechos desse infeliz dia da história judiciária brasileira. ()

Prova sem autorização judicial

Ministro André Mendonça pediu vista e suspendeu a análise, pelo STF, da licitude de prova obtida sem autorização judicial em celular encontrado no local do crime por policiais. Entre votos reajustados, mudanças de posicionamentos e vai e vem no plenário virtual, o placar atualmente é de cinco votos pela ilegalidade de provas obtidas sem autorização judicial. ()

Ingresso em domicílio

2ª turma do STF manteve decisão do ministro André Mendonça, que absolveu homem condenado por tráfico de drogas com base em provas obtidas de forma ilegal, por ingresso domiciliar sem mandado judicial. A temática não é isolada e com frequência chega ao Supremo e ao STJ. Veja alguns julgados. ()

Regulamentação das saidinhas

Ontem, a AGU encaminhou pedido ao CNJ para que regulamente e oriente a aplicação, por juízes, da nova lei das saidinhas (14.843/24). Confira a íntegra do pedido. ()

Ferocidade

Neste mês, dois ataques de cães da raça pitbull chocaram o país. No RJ, três animais atacaram a escritora Roseana Murray, que sofreu graves ferimentos e perdeu um braço e uma orelha. Outro caso, no interior de SP, resultou na morte do tutor, que sofreu uma crise de epilepsia e foi atacado por seu próprio cão. O que diz a lei acerca da condução responsável de cães da caça pitbull, e outros animais ferozes? Quais sanções o tutor pode sofrer no caso de um ataque de seu cão a pessoas ou animais? Entenda. ()

Do além

Magistrado de Porto/PI extinguiu ação contra banco ao identificar que a autora havia falecido (!) seis meses antes da propositura. ()

Devo, não nego

TJ/SP penhora 15% do benefício previdenciário de devedora para quitar dívida com instituição financeira. Colegiado considerou que, em casos excepcionais, a impenhorabilidade de verbas salariais pode ser mitigada para permitir a satisfação de créditos, desde que resguardado o mínimo existencial do devedor. ()

Uma coisa não impede a outra

Sócios da 123 Milhas devem pagar R\$ 45 mil de verbas rescisórias a funcionário demitido imotivadamente em 2023. Em decisão, magistrada trabalhista afirmou que, apesar da empresa estar em recuperação judicial, tal fato não omite o direito do trabalhador de receber os valores devidos. ()



## Golpe do financiamento

Juíza paulista manda instituição financeira indenizar proprietário de carro que teve veículo bloqueado por falso financiamento. Segundo a magistrada, o autor da ação apresentou provas de que não vendeu o carro e que não autorizou o negócio com a instituição financeira. ()

## Enam

Mais de 32 mil bacharéis em Direito fizeram, no domingo, o primeiro Enam - Exame Nacional da Magistratura. Como se sabe, a aprovação na prova agora é requisito para quem deseja prestar concursos da magistratura. A publicação do gabarito acontece hoje. ()

## Afastamento cautelar

Juiz acusado de conceder benefícios penais de forma indevida em processos patrocinados por sua esposa foi afastamento cautelarmente pelo corregedor Nacional de Justiça, ministro Salomão. A esposa do magistrado já foi condenada a 10 anos e seis meses de reclusão por corrupção ativa, uso de documento falso e organização criminosa. ()

## Advocacia

OAB definiu ontem representantes da advocacia no CNJ e no CNMP para o biênio 2024/26. Marcello Terto e Silva (recondução) e Ulisses Rabaneda dos Santos integrarão o CNJ; e Auriney Uchôa de Brito e Greice Fonseca Stocker, o CNMP. ()

## DPE - Dicionário de Péssimas Expressões

Na edição de hoje, na busca de dar cabo do "juridiquês", apresentamos mais uma sugestão:

Peça increpatória - Trata-se de uma criação de quem se dedica à arte do "juridiquês". E considera-se invenção pelo fato de o adjetivo "increpatória" não ser

oficialmente reconhecido; o que existe é o verbo "increpar", que significa fazer acusações. Rui Barbosa, por exemplo, utilizou este verbo diversas vezes. Vejamos um exemplo: "Ainda não há muito, na imprensa popular desta cidade, vi increpar de pouco democráticas essas disposições, e de contrárias aos princípios de nosso sistema." Levando em conta essa adaptação adjetiva, o que se denomina "peça increpatória" é, na verdade, o documento formal que contém a acusação contra uma pessoa, detalhando os fatos e as infrações legais imputadas. Em bom português, isso seria a "denúncia" ou a "queixa-crime", dependendo do caso. Portanto, recomenda-se o uso desses termos para evitar impropriedades linguísticas.

## Migalhas em ação

Diariamente, este nosso vibrante matutino presenteia um leitor entre os que, de alguma forma, enviaram sugestões para integrar nosso famigerado léxico. O ganhador de hoje é Luciano Lara Zequinão. Não deixe de participar. ()

## Apoiadores

para conhecer os festejados Apoiadores de Migalhas

## Colunas

### Migalhas de Responsabilidade Civil

Adriano Marteleto Godinho aborda o conceito e o âmbito de incidência do dano existencial, uma categoria de dano imaterial que merece destaque pela sua autonomia em relação às demais espécies de danos. ()

### Migalhas de peso

- "Corrupção, um câncer que corrói a sociedade", por Kiyoshi Harada (Harada Advogados Associados). ()

- "Impactos da aplicação da Selic para atualização de

condenação civil: incentivo aos devedores", por Laura de Almeida Machado (Chenut). ()

- "Reuso de esgoto: o exemplo do Espírito Santo", por Renan Marcondes Facchinatto e Mateus Rodrigues Casotti (Dal Pozzo Advogados). ()

- "Mais três Estados podem adotar a lei de imigração ilegal no estilo do Texas - Imigrantes correm sérios riscos nestes Estados", por Witer Desiqueira (Witer, Pessoni & Moore an International Law Corporation). ()

- "PEC das drogas: proibição ou liberação?", por José Carlos Abissamra Filho (VAS Advogados - Vilutis Abissamra Suguimori). ()

- "Prefiro ser uma metamorfose ambulante: o cumprimento de sentença condenatória genérica proferida em ação coletiva e o tema 1.169 do STJ", por Hermes Zaneti Júnior e Marcelo Abelha Rodrigues (Cheim Jorge & Abelha Rodrigues - Advogados Associados). ()

- "A crise do agronegócio e seus remédios e a teoria da empresa", por Haroldo Malheiros Duclerc Verçosa (Duclerc Verçosa Advogados Associados). ()

- "Transformando visões em realidade: a essência da liderança autêntica e impactante", por Stanley Martins Frasão (Homero Costa Advogados). ()

## Apoiadores

para conhecer os festejados Apoiadores de Migalhas

## Crescimento

Martorelli Advogados inaugura nova área de cobrança judicial. Sob coordenação da advogada Kamila Costa de Miranda, o novo departamento visa auxiliar empresas que estão em dificuldade de recuperar créditos judiciais e extrajudiciais. ()

## Baú migalheiro

Há 76 anos, em 16 de abril de 1948, foi fundada a OEEC - Organização Europeia de Cooperação Econômica, para auxiliar na reconstrução da Europa após a 2ª Guerra Mundial. Transformada em OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico em 1961, a organização inclui muitos países com economias desenvolvidas e com alto IDH - Índices de Desenvolvimento Humano. Atualmente, conta com 38 países membros, estando o Brasil em processo de negociação para se tornar um integrante. (Compartilhe)

## Sorteio da obra

A obra "Imposto Territorial Rural - Lei, Doutrina e Jurisprudência" (Juruá Editora 273p.), escrita por Fabio Roberto Sefrin, tem o objetivo de apresentar um panorama completo do ITR com interface entre o Direito Ambiental, Agronegócio e Extrafiscalidade. ()

## Migalhíssimas

Hoje, Laís de Figueirêdo Lopes, de Szazi, Bechara, Storto, Reicher e Figueirêdo Lopes Advogados, palestra no "I Seminário Internacional Ciência Encontra a Filantropia", promovido pelo IEA-USP e pela Fundação José Luiz Egydio Setúbal. Ela participa, às 15h, do painel "Discussão sobre as necessidades e propostas para um ambiente legal favorável à filantropia na ciência", ao lado de Paula Fabiani, do Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social. O seminário, em formato híbrido, é gratuito. () Demarest Advogados faz um encontro virtual hoje, às 17h, para abordar os desafios da educação na vida de crianças trans e o papel das escolas na promoção da diversidade, respeito e acolhimento. O debate terá a participação de Thamyris Nunes, criadora da ONG "Minha Criança Trans", e será mediado por César Rossi, sócio do escritório e sponsor do D Mais, grupo de afinidade voltado à população LG-BTI+ e aliados do escritório, e Victoria Perrone, advogada e membro do comitê D Mais. () Amanhã, às

15h, Ana Tereza Basilio, do escritório Basilio Advogados e vice-presidente da OAB/RJ, apresenta palestra e preside o lançamento da "Cartilha do Direito do Consumidor" na subseção de Queimados. Às 15h, participa do evento de lançamento da cartilha em Belford Roxo. Dia 22/4, às 19h, no auditório Goffredo da Silva Telles Jr., nas Arcadas, em SP, acontece bate papo sobre "Liberdade de Expressão e Biografias" com André Barcinski e Mônica Bergamo e participação de Pierpaolo Cruz Bottini (Bottini & Tamasauskas Advogados), Luís Fernando Massonetto e Mariana Belussi. () Dia 26/4, às 11h, Leonardo Oliveira Silveira Santos Martins (João Bosco Filho Advogados) receberá o "Conjunto de Medalhas de Mérito Pedro Ernesto", da Câmara Municipal do RJ. A solenidade acontece por iniciativa da vereadora Vera Lins. No dia 11/4, o escritório Edgard Leite Advogados Associados participou do evento em comemoração ao primeiro ano da Revista Jurídica Brasileira em São Paulo. Carolina Nardy Gabriel, que recentemente publicou no periódico o artigo "Das sanções pecuniárias aplicadas pelo Procon-SP em desconformidade com o faturamento real das empresas", esteve presente junto com outros autores, professores, pesquisadores e profissionais da área jurídica. Paulo Doron R. de Araujo, de SABZ Advogados, foi reconduzido à posição de chair do comitê de "Negligence and Damages", da **International** Bar Association. O comitê tem foco especial na responsabilidade civil, analisando as diferentes legislações ao redor do globo e discutindo a reparação de danos causados em âmbito internacional. () Gustavo Justino de Oliveira (Justino de Oliveira Advogados) será um dos membros da comissão da AGU que vai propor nova legislação sobre organização da administração pública. Entre os objetivos da reforma, está tornar a legislação compatível com a Constituição Federal e com a modernização do serviço público. () Andréia Andreatta, da Preâmbulo Tech, e o advogado Alessandro Couceiro participam no dia 18/4, às 9h30, do evento "Intelijur Legal Tech Forum 2024", com a palestra "Estratégias de Sucesso: O Papel da Integração Tecnológica na Eficiência de Operações

Jurídicas e de Cobrança". () Alexandre Motta, consultor do Grupo Inrise, participa da palestra "Como se Posicionar para Novos Negócios", amanhã, online (), e, no dia 18/4, presencialmente em Santa Isabel ().

## Prática jurídica

No dia 17/4, às 16h, a Safetec promove o webinar "Do Escritório ao Tribunal: Potencialize sua Prática Jurídica com o Google Workspace". O evento abordará temas cruciais para a área jurídica. ()

## Fórum

OAB/SP participa hoje do "3º Fórum Permanente de Pessoas Afrodescendentes". Evento acontece até dia 19/4. ()

## LegalTech

Hoje, às 16h, FGV Direito Rio promove o evento "Global LegalTech Venture Day - AI Revolution in Legal Practice". A startup vencedora será contemplada com uma viagem para Madri. ()

## Reunião-almoço

No dia 22/4, às 12h, IASP realiza "Reunião-almoço com ministro Ricardo Lewandowski". ()

## Causas trabalhistas

AASP promove entre os dias 23 e 25/4, às 19h, o evento híbrido "Recursos e audiências trabalhistas na prática". ()

## Propriedade Intelectual

**ABPI** - Associação Brasileira da Propriedade Intelectual está com inscrições abertas para o evento "Propriedade Intelectual e Nova Indústria Brasil - Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável", que ocorrerá de forma online, no dia 25/4, a partir das 10h. ()

## Direito eleitoral e político

Academia Brasileira de Direito Eleitoral e Político - ABRADep lança escola para estudos em Direito Eleitoral e Político visando o intercâmbio e a colaboração com diversas instituições, tanto públicas quanto privadas. ()

## Remuneração

Radar - Gestão para Advogados realiza entre os dias 22 e 24/4 o "Curso de Remuneração Fixa e Variável para Escritórios de Advocacia". O projeto é desenvolvido para atender às demandas específicas dos escritórios de advocacia. Durante o evento, você terá a oportunidade de dominar as melhores práticas e estratégias essenciais para estabelecer um sistema de remuneração eficiente, visando maximizar os resultados do seu negócio. ()

## Fomentadores

para conhecer todos os Fomentadores do Migalhas

## Mural Migalhas - Oportunidade de trabalho

Sempre que se busca uma cidade no site Migalhas, procurando-se um correspondente jurídico, e não se encontra, o sistema nos avisa e, aí, nasce uma oportunidade. Ei-la abaixo, atualizada diariamente: é o rol de cidades nas quais há emergente necessidade de um profissional, mas não há, ainda, nenhum migalheiro cadastrado:

AL/Piaçabuçu

MA/Carolina

PE/Catende

RO/Governador Jorge Teixeira

Se você quer se candidatar para eventualmente atender quem procura, .

## Migalhas Clipping

The New York Times - EUA

"First Criminal Trial of a Former Presidente Begins"

The Washington Post - EUA

"Trump hush money trial opens"

Le Monde - França

"Vague d'inquiétude et d'amertume en Ukraine"

Corriere Della Sera - Itália

"Israele pronto al contrattacco"

Le Figaro - França

"Comment Bercy recherche désespérément des économes"

Clarín - Argentina

"Presionan a prepagas para que den marcha atrás con los aumentos"

El País - Espanha

"Israel busca una respuesta a Irán que cuente con apoyo de EE UU"

Público - Portugal

"Caso Sócrates: **Falsificação** associada à casa de Paris prescreve em Agosto"

Die Welt - Alemanha

"Kommission für Großreform des Abtreibungsrechts"

The Guardian - Inglaterra

"Iranian attack 'will be met with a response', says top Israeli general"

O Estado de S. Paulo - São Paulo

"Governo reduz meta fiscal e adia ajuste das contas públicas"

Folha de S.Paulo - São Paulo

"Governo Lula deixa o ajuste fiscal para próximo presidente"

O Globo - Rio de Janeiro

"Governo afrouxa metas fiscais até o final do mandato de Lula"

Estado de Minas Gerais - Minas Gerais

"BH tem escalada no trabalho infantil"

Correio Braziliense - Brasília

"Governo muda meta fiscal e prevê mínimo de R\$ 1.502"

Zero Hora - Porto Alegre

"Governo propõe redução de metas fiscais, e superávit fica para 2026"

O Povo - Ceará

"Ceará tem março com maior número de homicídios desde 2020"

Jornal do Commercio - Pernambuco

"Governo Lula muda meta fiscal e admite mais gastos"

## Índice remissivo de assuntos

**Pirataria**

3, 6, 7

**ABPI**

7

**Entidades**

7